

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA - LICENCIATURA

Deise Josiele Rodrigues Sabino

Educação Especial em cursos de Pedagogia: uma análise sobre a formação
inicial de professores

Porto Alegre
2. Semestre
2012

Deise Josiele Rodrigues Sabino

Educação Especial em cursos de Pedagogia: uma análise sobre a formação inicial de professores

Trabalho de Conclusão apresentado à Comissão de Graduação do Curso de Pedagogia – Licenciatura da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial e obrigatório para obtenção do título Licenciatura em Pedagogia.

Orientador: Prof. Dr. Claudio Roberto Baptista

Porto Alegre
2º semestre
2012

Dedicatória

*Dedico este trabalho a minha mãe
Dora Maria da Silva Rodrigues
pela confiança e dedicação
depositadas em mim.*

Agradecimentos

...agradeço a todos os meus professores, em especial a Maria Luisa M. Xavier e Adriana Thoma e

Clarisse Traversini por me inspirarem e me darem o estímulo para ser como vocês.

... Ao meu orientador, Claudio Baptista por me mostrar caminhos antes nunca percorridos, e me

proporcionar olhares antes nunca descobertos.

...agradeço aos meus

...A minha mãe e o meu irmão, Dora e Jeferson por depositarem sua confiança em mim.

A meu namorado, Rodrigo pela companhia e a confiança pelo auxílio e a perseverança, por acreditar

quando nem eu não mais acreditava, por me ajudar a crescer e a compreender e me dar coragem

para evoluir como pessoa

Aos meus amigos Márcio, Humberto, Marcello e Camila pelas horas de conversa, pelas risadas proporcionadas, pela dedicação, pela amizade.

...aos meus colegas.

...as colegas Fernanda, Tatiane pela companhia durante toda a faculdade, pelos inúmeros trabalhos

realizados juntos, pelas conversas e risadas e pelo apoio tão especial dado neste momento.

...a colega e amiga Mayara pelo companheirismo e humildade acadêmica, na ajuda e principalmente

no olhar de confiança lançado em diversos momentos de pesquisa.

...pelos meus alunos que me auxiliaram na minha constituição como futura professora.

Epigrafe

*Somos todos geniais. Mas se você julgar um peixe
por sua capacidade de subir em árvores, ele
passará sua vida inteira acreditando ser estúpido.*

Albert Einstein

RESUMO

A presente investigação teve como objetivo analisar o espaço curricular e os possíveis sentidos da Educação Especial na formação inicial dos Pedagogos. Para isso, foram analisadas as grades curriculares, as ementas das disciplinas de universidades federais da região sul do Brasil. As universidades investigadas foram: Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Universidade Federal do Paraná (UFPR) e a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Como referencial teórico no campo pedagógico, destacam-se as ideias de estudiosos brasileiros que têm se dedicado às temáticas Educação Especial e políticas de inclusão escolar. A pesquisa está em sintonia com abordagem qualitativa e utiliza como metodologia a análise documental, a partir da investigação dirigida a documentos que evidenciam a constituição de uma grade curricular e orientam a formação relativa aos cursos de Pedagogia. As grades curriculares apresentam, no mínimo, uma disciplina de Educação Especial. Quanto ao tempo de formação, eles são diferentes em cada universidade, mas todos os cursos apresentam diferenças no que se refere a sua carga horária dedicada à Educação Especial. Compreendemos que as universidades organizam-se com certa lentidão para uma formação que contemple nos currículos a Educação Especial.

Palavras-Chaves: Educação Especial. Formação de Professores. Curso de Pedagogia.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	7
2. CONTEXTUALIZANDO A TRAJETÓRIA HISTÓRICA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA EDUCAÇÃO ESPECIAL	11
3. FORMAÇÃO INICIAL DE PROFESSORES NOS CURSOS DE PEDAGOGIA.....	15
3.1 ORGANIZAÇÃO DOS CURSOS DE PEDAGOGIA	16
3.1.1 Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Paraná (UFPR)	17
3.1.2 Curso de Pedagogia da Universidade Federal Santa Catarina – (UFSC)	18
3.1.3 Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)	19
4. METODOLOGIA DO TRABALHO	20
4.1 CAMINHOS DA PESQUISA	22
5. AS ANÁLISES	23
6. ALGUMAS CONSIDERAÇÕES	30
REFERÊNCIAS.....	32
ANEXOS.....	35

1. INTRODUÇÃO

Em busca de uma escola do século XXI, em que todos os alunos tenham oportunidades efetivas de aprender juntos, há a necessidade de promover mudanças na formação inicial dos professores.

Assim, no presente Trabalho de Conclusão do Curso (TCC)¹, apresento uma discussão sobre o espaço destinado, atualmente, para a área da Educação Especial no currículo do curso de Licenciatura em Pedagogia.

Esse estudo insere-se na linha de pesquisa "*Educação Especial Processos Inclusivos*"² e tem como objetivo principal refletir acerca da formação inicial de professores para a Educação Especial na perspectiva de uma Educação Inclusiva, com a intenção de conhecer diferentes contextos de formação.

A investigação é elaborada a partir da análise das grades curriculares e das ementas das disciplinas obrigatórias relacionadas à temática da Educação Especial do curso de três Universidades federais: Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Universidade Federal do Paraná (UFPR) e Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Antes de iniciar essa discussão, considero necessário resgatar fatos importantes envolvendo minha trajetória acadêmica para que haja um melhor entendimento sobre a escolha da temática da presente pesquisa.

na perspectiva de Educação Inclusiva, me motivou a querer me aprofundar no assunto, culminando no presente trabalho.

Minha trajetória acadêmica começou no ano de 2008, ao iniciar o Curso de Licenciatura em Pedagogia na Universidade Federal do Rio Grande do

¹ Consiste em uma das exigências do Curso de Graduação em Pedagogia da Universidade Federal do Rio grande do Sul (UFRGS) para a obtenção do título licenciatura em Pedagogia.

² Linha de pesquisa pertencente ao Núcleo de Estudos em Políticas de Inclusão Escolar (NEPIE) - investiga a área da Educação, com ênfase nos sujeitos com necessidades educativas especiais e nos processos inclusivos. É coordenado pelo professor Claudio Roberto Baptista, na UFRGS.

Sul (UFRGS). Logo no início do curso comecei um estágio não-obrigatório, por meio do qual tive a oportunidade de ter o primeiro contato com o trabalho em sala de aula auxiliando uma professora.

A turma para a qual fui direcionada pertencia ao chamado Grupo 2, na qual são atendidos alunos entre dois e três anos, em uma escola de Educação Infantil da rede particular de Porto Alegre. Minha inserção na referida classe tinha o objetivo de auxiliar um aluno com dificuldades de interação associadas ao autismo³. Essa, que foi minha primeira aproximação com a Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva, ofereceu oportunidade para que eu tivesse vontade de me aprofundar no assunto.

Ao longo da minha formação, também surgiram outras experiências que me aproximaram da área da Educação Especial através de estágios não-obrigatórios nas redes: Estadual, Municipal e Particular, todas no município de Porto Alegre.

Além disso, considero pertinente ressaltar que a demanda desses estágios e o conhecimento adquirido a partir das disciplinas teórico-práticas obrigatórias, ofertadas no âmbito do curso de Pedagogia da UFRGS não suprimiram as minhas inquietações sobre as práticas vivenciadas em sala de aula.

Por essa razão, buscando uma formação inicial que oferecesse suporte ao atendimento de alunos com Deficiência, Transtornos Globais do Desenvolvimento e Altas Habilidades/ Superdotação considerei necessário ampliar o tempo de duração da minha formação cursando mais um semestre, investindo em disciplinas eletivas relacionadas à referida temática.

Durante a minha experiência com os estágios não-obrigatórios, algumas práticas nas escolas me inquietaram com relação à formação dos professores. Destaco principalmente um discurso, em sua maioria

³ Esta criança, embora fosse identificada como apresentando características do espectro do autismo, não possuía um diagnóstico específico que fosse de conhecimento da escola.

produzido por professores do ensino comum, que afirmam enfaticamente: “*Não tenho formação para atender crianças com deficiência*”⁴.

Penso que esse discurso foi construído por desconhecimento do processo de implementação de uma escola inclusiva, ou seja, as escolas estavam iniciando um processo de implementação de ações que garantiriam o acesso à escolarização para todos. Entretanto, a maioria dos professores da rede pública alegavam não ter recebido formação específica para este atendimento.

Até pouco tempo atrás, os cursos de graduação não ofereciam disciplinas na área da Educação Especial. Para que tivéssemos acesso a essas disciplinas, era preciso realizar uma formação específica com a habilitação para Educação Especial. A pesquisa de Martins (2011) fez referência a trabalho desenvolvido por Bueno (2002) e revelou que:

Em 1998, de 58 cursos de educação pesquisados, apenas 23 cursos (39,7) ofereciam algum tipo de preparação em Educação Especial, enquanto que 36 (60,3 %) não ofereciam qualquer formação na área. Tal preparação se processava, em sua maioria (74%) nos cursos de Pedagogia, enquanto que as licenciaturas específicas correspondiam a apenas 3%. (MARTINS, 2011, p.54)

Assim, considerando a diversidade que encontramos em sala de aula, realizo, no âmbito do presente estudo, alguns questionamentos que me auxiliam no pensar acerca da formação inicial de professores:

- *Quais são as ações realizadas nos cursos de Pedagogia, para que se contemple a temática da Educação Especial na formação inicial dos professores?*

⁴ Um formulação semelhante proveniente ao discurso dos professores é encontrado no trabalho de BRABO (2010) que também discute a formação inicial de professores de licenciatura no campo pedagógico no trabalho “*Formação Docente inicial e o atendimento ao aluno com deficiência em classe comum na perspectiva da educação inclusiva*”.

- *Qual a carga horária oferecidas nos cursos de pedagogia que discutem a Educação Especial numa perspectiva inclusiva?*

Assim, esse estudo é organizado da seguinte maneira: Na introdução é apresentada uma justificativa sobre a escolha da temática relacionando-a com a minha experiência como professora, bem como a temática da pesquisa e o objetivo principal.

No capítulo “*Contextualizando a trajetória histórica da Educação Especial*” realizo uma abordagem histórica das políticas públicas, relacionadas à Educação Especial, desde a década de 80 até o presente momento.

No capítulo “*Formação de professores nos cursos de Pedagogia*”, discorro sobre a formação inicial dos cursos de pedagogia, após as modificações realizadas em seu currículo pela regulamentação das Diretrizes Curriculares Nacionais, atentando para as modificações no âmbito da formação de professores no cenário da Educação Especial.

Nos dois últimos capítulos explico os caminhos que foram seguidos no decorrer da pesquisa para ter acesso às informações aqui divulgadas, reflito sobre os resultados encontrados e sobre os direcionamentos que as universidades federais, aqui estudadas, seguiram para oferecer uma formação inicial que contemple a Educação Especial em sua grade curricular.

Por fim, realizo algumas considerações, após os resultados encontrados nesta pesquisa. Refletindo acerca da formação inicial de professores no campo da educação especial.

2. CONTEXTUALIZANDO A TRAJETÓRIA HISTÓRICA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA EDUCAÇÃO ESPECIAL

Estudar a história geral da Educação Especial e conhecer as concepções de deficiência que se constituíram no decorrer do tempo em diferentes sociedades faz parte do conteúdo de fundamentos necessários para a sólida formação do professor de Educação Especial. (REILY, 2011, p.35)

Considero necessário voltar o olhar para os processos históricos da Educação Especial com a intenção de elucidar como, no âmbito das políticas públicas, vem sendo garantido o acesso de crianças com deficiência na escola regular.

Iniciaremos a nossa trajetória a partir da década de 80, com a Constituição Federal de 1988, a qual define como um dos princípios, *"a igualdade de condições de acesso e permanência na escola"* (artigo 206, parágrafo I). Desta forma, fica definido que a escola deve atender a todos, não podendo excluir nenhuma pessoa em razão de sua origem, raça, sexo, cor, idade ou deficiência. Além disso, no artigo 208, inciso III, a Constituição garante "Atendimento Educacional Especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino." (Brasil, 1988). Segundo (MANTOAN, SD, p.4), a palavra preferencialmente:

[...]refere-se ao *atendimento educacional especializado*, ou seja, aquilo que é necessariamente diferente no ensino para melhor atender às especificidades dos alunos com deficiência, abrangendo principalmente instrumentos necessários à eliminação das barreiras que as pessoas com deficiência naturalmente têm para relacionar-se com o ambiente externo, como por exemplo: ensino da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS, do código "Braille", uso de recursos de informática, e outras ferramentas e linguagens que precisam estar disponíveis nas escolas ditas regulares.

Entende-se que o art. 208 representa um avanço para educação inclusiva, pois, assegura garantia de matrícula na escola regular para os

alunos público alvo da Educação Especial. Nesse sentido, vários documentos foram publicados na década de 90, os quais apontavam para importância de uma escola que garantisse a proposta de inclusão escolar.

A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) realizou dois grandes eventos: *A Conferência Mundial sobre Educação para Todos*, em Jomtien, na Tailândia, em 1990, e *a Conferência Mundial de Educação Especial*, realizada em Salamanca, na Espanha, em 1994. Ambas resultaram em declarações⁵ que expressam “a necessidade e a urgência de garantir a educação para as crianças, jovens e adultos com necessidades educativas especiais no quadro do sistema regular de educação” (UNESCO, 1994). Essas Conferências fazem parte de movimentos mundiais organizados com o objetivo de combater todas as formas de exclusão existentes.

No Brasil, em 1996, foi aprovada a atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) - Lei 9.394 que assegura no art. 59º I - currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades;

O referido documento também garante a terminalidade específica para aqueles que não atingirem o nível exigido para conclusão do ensino fundamental e a aceleração exigida para crianças superdotadas terminarem a escola.

Na LDB/96 são asseguradas uma série de ações importantes para a escolarização de crianças com deficiência, mas ainda existem muitas escolas que ainda não realizaram essas adequações.

Com esse movimento em direção à educação inclusiva, em 2001 são lançadas as Diretrizes Nacionais para a Educação Básica por meio da Resolução nº 2/2001 CNE/CEB, que no artigo 2º determina que:

Os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizarem-se para o atendimento aos educandos com

⁵ *Declaração Mundial sobre Educação para Todos e a Declaração Mundial de Educação Especial.*

necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos. (MEC/SEESP, 2001).

O Plano Nacional de Educação – (PNE), Lei nº 10.172/2001, destaca que “o grande avanço que a década da educação deveria produzir seria a construção de uma escola inclusiva que garanta o atendimento à diversidade humana”. Para que esta escola possa existir efetivamente, precisamos de mais reformas educacionais, as quais garantam o atendimento especializado aos alunos de acordo suas dificuldades, em todas as escolas.

Ainda em 2001, a Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação, institui na resolução nº 2/2001 CNE/CEB, as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica nela é assegurado o atendimento escolar dos alunos com deficiência desde a Educação Infantil. Também ressalta que “a escolarização deve ser realizada em classes comuns de ensino regular, em qualquer etapa ou modalidade da Educação Básica” (art.7º). Este documento prevê professores capacitados para o atendimento das necessidades educacionais dos alunos com deficiência.

No ano de 2008 foi aprovada a *Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva de Educação Inclusiva*⁶. Este documento traz a ideia que o Atendimento Educacional Especializado deve auxiliar na escolarização dos alunos com deficiência. Sendo assim, um trabalho realizado em conjunto, com professores, em sala de aula. Os objetivos desse documento são:

Transversalidade da educação especial desde a educação infantil até a educação superior; atendimento educacional especializado; continuidade da escolarização nos níveis mais elevados do ensino; formação de professores para o atendimento educacional especializado e demais profissionais da educação para a inclusão

⁶ Documento elaborado pelo grupo de trabalho nomeado pela Portaria Ministerial nº555, de 5 de junho de 2007, prorrogada pela Portaria nº948, de 9 de outubro de 2007. O conteúdo desse documento encontra-se publicado na Revista de Educação Especial, Brasília, v.4, n.1, p.7-17, jan./jun.2008.

escolar; participação da família e da comunidade; acessibilidade urbanística, arquitetônica, nos mobiliários e equipamentos, nos transportes, na comunicação e informação; e articulação inter setorial na implementação das políticas públicas.(BRASIL,2008,p.9)

A Resolução n.04/2009 do CNE-CEB introduz mudanças, e Baptista (2011, p.61) afirma que esse documento :

[...]surge como um dos dispositivos que conferem operacionalidade à Políticas, pois define as diretrizes do atendimento especializado, delimitando quais as intuições podem oferece-lo e como esse serviço deve ser um suporte à presença do aluno nas escolas regulares.

Esta ênfase no contexto escolar comum altera o plano normativo da política educacional brasileira para a Educação Especial, pois se abandona o discurso que o ensino deva ser ministrado apenas em espaço de atendimento individualizado – classes especiais ou escolas especiais (KASSAR; REBELO, 2011). Desse modo, tem sido afirmada no Brasil, a determinação legal de que a escolarização de *todas as pessoas* com deficiência *deve ocorrer* no ensino comum.

Embora os documentos legais tenham instituído o direito ao acesso à escola para os alunos com deficiência, antes negado com o discurso da não preparação da escola para recebê-los, persistem lacunas. (OLIVEIRA, 2007)

A Educação Inclusiva vem sendo discutida pelo autor Beyer (2006, p.28), o qual afirma que a educação inclusiva “exige uma nova forma de pensar”. Caracterizando-se como um novo princípio educacional, defendendo a heterogeneidade e não mais a homogeneidade nas salas de aula.

Por fim, nos últimos anos, observamos que em âmbito nacional, foram consagradas propostas de leis que garantem o ensino de crianças com deficiência, transtornos globais e altas habilidades/surperdotação, nas escolas regulares, mas atualmente sob uma perspectiva inclusiva.

3. FORMAÇÃO INICIAL DE PROFESSORES NOS CURSOS DE PEDAGOGIA

No presente capítulo, apresento uma análise sobre a formação inicial nos cursos de Pedagogia, a partir de dispositivos legais na perspectiva de uma Educação Inclusiva e o modo como são abordados nos cursos pesquisados.

Segundo Prieto os cursos de formação inicial e continuada devem:

...qualificá-los para analisar diversas situações que envolvem processos de ensino e de aprendizagem e para propor alternativas adequadas a cada uma delas, visando a garantir o direito de todos à educação de qualidade. (Prieto, 2007, p.282)

E em busca dessa qualificação as Diretrizes Curriculares para o curso de Pedagogia, definidas pela Resolução n.1, de 15 de maio de 2006, pelo Conselho Nacional de Educação CNE/CP colocou em debate as contribuições dos cursos de Pedagogia na formação inicial dos professores e acarretou em mudanças no perfil do professor formado no curso de Pedagogia, tais como:

[...] lecionar na Educação Infantil e nas séries iniciais do Ensino Fundamental, atuar na gestão educacional, em espaços não-escolares, realizar pesquisas dentro do campo educativo, além de atender a novas demandas da sociedade como o reconhecimento à diversidade – compreendida como as diferentes peculiaridades do ser humano, características físicas, culturais, sociais, religiosas, entre outras – e contribuir para superação de exclusões e preconceitos a essas diferenças. (BRASIL, 2006, p.2)

Consequentemente, na transição para o novo modelo de cursos, extinguiram-se as habilitações específicas. Desta maneira, para a obtenção de uma habilitação específica, se faz necessária a realização de um curso de especialização na área desejada.

A resolução para os cursos de Pedagogia torna, com isso, a formação mais generalista. Acredita-se assim, que o pedagogo, ao receber uma formação para a diversidade, conseqüentemente atenderá melhor as demandas das escolas.

Outra definição importante da Resolução refere-se à carga horária, em vez das 2.800 horas, anteriormente estipulada como mínimo, são determinadas agora 3.200 horas para o curso de pedagogia, o que implica em, no mínimo, quatro anos para a realização dessa formação.

No entanto, o documento em questão apresenta poucos indícios no que se refere à formação do pedagogo para atuar na educação básica numa perspectiva inclusiva, ou seja, extingue as habilitações específicas do curso e não prevê uma obrigatoriedade de disciplinas que aborde a temática da Educação Especial

Atualmente, no cenário brasileiro, temos a conquista da obrigatoriedade da Língua de Sinais (LIBRAS), a partir do (Decreto 5.626/2005) onde é inserida no currículo das licenciaturas. Mas essa conquista contempla um grupo específico da Educação Especial na formação dos professores.

No entanto, mesmo sem a obrigatoriedade, as instituições de ensino superior têm reformulado suas grades curriculares, introduzindo disciplinas que visam contemplar a Educação Especial.

3.1 ORGANIZAÇÃO DOS CURSOS DE PEDAGOGIA

Neste subcapítulo são divulgadas características gerais dos cursos de Pedagogia das universidades investigadas neste trabalho. Estes cursos oferecem formação para a Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental. As informações destacadas fazem parte do projeto pedagógico de cada curso.

3.1.1 Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Paraná (UFPR)

O curso de Pedagogia da UFPR foi criado em 1939 a partir do Decreto-Lei 1.190/39, que previa quatro Departamentos pelos quais se distribuía os cursos regulares: Departamento de Filosofia; Departamento de Ciências; Departamento de Letras; Departamento de Pedagogia. Conforme o Projeto Pedagógico (2007).

Atualmente, a graduação é desenvolvida dentro do princípio da não separação e não hierarquização da docência (ensino), na organização e gestão dos processos formativos escolares e também não escolares, bem como na pesquisa educacional entendida como produção e difusão dos conhecimentos.

Sua estrutura curricular é definida por 3 eixos:

Contexto histórico e sociocultural	Fundamentos filosóficos, históricos, políticos, econômicos, sociológicos, psicológicos, antropológicos e biológicos.
Contexto da educação básica	1. Conteúdos curriculares e conhecimentos didáticos, da educação básica Currículo: Teoria e Prática 2. Teorias pedagógicas em articulação às metodologias, tecnologias de informação e comunicação e suas linguagens específicas aplicadas ao ensino. 3. Estudo dos processos de organização do trabalho pedagógico, gestão e coordenação educacional. 4. Estudo das relações entre educação, trabalho e educação não-escolar
Contexto do exercício profissional: saber acadêmico, pesquisa e prática educativa	Estágio em Docência na Educação Infantil Estágio em Docência nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental Estágio Supervisionado na Organização Escolar

	Pesquisa Educacional Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)
--	--

Quadro 1 – Estrutura do Curso de Pedagogia (UFPR) retirado do PP

A carga horária do curso corresponde a 3.200 horas, sendo divididas em: 2.800 horas correspondentes às disciplinas obrigatórias e 300 horas referentes às disciplinas optativas e ainda 110 horas de atividades Formativas.

O curso é oferecido em regime anual seriado para as disciplinas obrigatórias e, semestralmente, para as disciplinas optativas, sua duração corresponde a 5 anos, sendo ofertado no período da manhã. No vestibular são oferecidas 100 vagas, 50 para cada semestre.

3.1.2 Curso de Pedagogia da Universidade Federal Santa Catarina – (UFSC)

O curso foi criado em 1960, a partir do decreto - 47672/6, mas seu reconhecimento ocorreu apenas em 1975. Segundo seu projeto pedagógico, o Curso de Pedagogia da UFSC “forma profissionais que atuam no magistério ensinando crianças e adolescentes nas séries iniciais do ensino fundamental e da educação infantil.” (PP, 2008, UFSC). A matriz curricular é composta por três eixos: 1) Educação e infância; 2) Organização dos processos educativos; 3) Pesquisa. Atualmente, são oferecidas, em seu vestibular, 100 vagas por ano, 50 para cada semestre. No currículo para os ingressantes até 2008/2 eram oferecidas habilitações, e na sua matriz curricular constava apenas uma disciplina relacionada à Educação Especial.

No currículo anterior, constava a *Habilitação em Educação Especial*, na qual o aluno tinha a oportunidade de realizar dois estágios supervisionados, sendo um de 72 horas e outro de 144 horas, além das disciplinas específicas.

Em 2009, para se adequar as novas orientações das Diretrizes Curriculares do Curso de Pedagogia, sua carga horária foi alterada em “3.672 horas, acrescida de mais 108 horas de cunho artístico-cultural” sua grade curricular foi alterada oferecendo 9 semestres no mínimo para a formação, ampliando assim a duração da graduação. (PP, 2008, UFSC)

3.1.3 Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

O Curso de Pedagogia foi alterado pela última vez no ano de 2007, sendo extintas as habilitações de Educação Infantil e Ensino Fundamental. A graduação “*consiste na formação de profissionais que são simultaneamente docentes, pesquisadores e dirigentes de processos educacionais em espaços de educação formal e informal*”. (PP, UFRGS, 2007).

Quanto a sua organização, o currículo contempla disciplinas teórico - práticas desde a primeira etapa do curso e está organizado em 8 eixos articuladores que também nomeiam os seminários.⁷

1ª ETAPA – Educação e Sociedade
2ª ETAPA – Infâncias, Juventudes e Vida Adulta
3ª ETAPA – Gestão da Educação: Espaços escolares e Não – Escolares
4ª ETAPA – Aprendizagens de Si, do Outro e do Mundo
5ª ETAPA – Organização Curricular: Fundamentos e Possibilidades
6ª ETAPA – Saberes e Constituição da docência

⁷ Seminários de Docências - são disciplinas oferecidas pelo curso de pedagogia da UFRGS, esses seminários têm caráter teórico-prático e são ofertados desde o início do curso até o seu término. Essas disciplinas nomeiam os eixos articuladores de cada etapa do curso.

7ª ETAPA – Constituição da Docência: Práticas Reflexivas
8ª ETAPA – Registro Reflexivo Sobre as Práticas e Temas Eletivos.

Quadro 2 –Eixos articuladores do Curso de Pedagogia da UFRGS

Anualmente são oferecidas 120 vagas no vestibular, 60 para cada semestre. O curso é disponibilizado no turno da manhã, sendo necessária a realização de 189 créditos de disciplinas obrigatórias, 8 créditos de caráter eletivo e 7 créditos complementares, totalizando uma carga horária de 3.200 horas sendo que:

- 2.800 horas dedicadas às atividades formativas: disciplinas de caráter teórico-prático;
- 300 horas dedicadas ao Estágio de Docência no Ensino Fundamental com crianças de 0-10 anos, nas modalidades: 0 a 3 anos, ou 4 a 7 anos, ou 6 a 10 anos, ou na Educação de Jovens e Adultos (EJA);
- 100 horas de atividades teórico-práticas de aprofundamento em áreas específicas de interesse dos alunos, por meio da iniciação científica da extensão e da monitoria. (PP UFRGS, 2007)

O curso tem como objetivo a formação de alunos para atuar junto a crianças de zero a dez anos e de Jovens e Adultos (escolarização inicial). Habilita ainda para a gestão escolar e para a docência em disciplinas e matérias pedagógicas de ensino médio.

4. METODOLOGIA DO TRABALHO

Partindo de minhas inquietações, o trabalho foi organizado inicialmente por meio de um levantamento bibliográfico que permitiu a identificação de pesquisas de estudiosos que investigavam a formação inicial.

Esta pesquisa utiliza como técnica a análise documental, pois, como afirma Ludke; André (1986, p.39) "os documentos são fonte poderosa de

onde podem ser retiradas evidências que fundamentem afirmações e declarações do pesquisador.”

Este levantamento bibliográfico é resultado de um trabalho⁸ desenvolvido a partir da identificação de 83 teses/dissertações entre mestrado e doutorado que foram publicadas nos anos de 2001 a 2010. Estas pesquisas foram realizadas em universidades brasileiras públicas e privadas.

A partir do estudo de teses/dissertações, destaco a recorrência de trabalhos sobre a formação inicial nos cursos de Pedagogia. A maioria das pesquisas detêm-se ao ensino municipal na modalidade de ensino fundamental. Em alguns estudos foram realizadas entrevistas com os professores, e a partir da análise das mesmas, observa-se a o discurso sobre a falta de formação dos professores.

Após a leitura inicial foram selecionadas 29 pesquisas que estão em sintonia com a proposta da presente investigação. Para selecionar essas teses/dissertações, foram observadas as palavras-chave: formação inicial nos cursos de pedagogia, educação inclusiva. Para continuar com o processo de identificação nas teses/dissertações, inicialmente realizei a leitura dos resumos. Logo após esta leitura foram identificadas 7 teses/dissertações, dentre as quais realizei a leitura dos resumos e das considerações finais. Desse processo, resultaram três pesquisas. São elas:

- Formação de Professores para a Educação Inclusiva das universidades públicas Paulistas. Natalia Neves Macedo Orientadora: prof.^a Dr.^a Kátia Regina Moreno Caiado (Universidade Federal de São Carlos – UFScar).2010;
- Políticas Públicas de Educação Inclusiva: implementação de uma escola pública no município de Araucária – PR . Maria Isabel da Silva Santos Buccio. Orientadora Prof.^a Dr.^a Evelcy Monteiro Machado. (Universidade Tuiuti Paraná).2007;

⁸ Trabalho Inclusão Escolar, Educação Especial e Formação de Professores: singularidades e tendências da formação inicial pesquisa desenvolvida pelo NEPIE

- A formação inicial de professores na perspectiva da inclusão de alunos com deficiência: o curso de Pedagogia da Universidade Federal do Espírito Santo. Andressa Mafezoni Caetano. Orientadora: Prof. Dra. Denise Meyrelles de Jesus (Universidade Federal do Espírito Santo).2009

4.1 CAMINHOS DA PESQUISA

Após a revisão bibliográfica, selecionei uma universidade federal de cada estado do sul do Brasil que oferecesse o curso de pedagogia. As escolhidas, como afirmado em precedência, foram Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Universidade Federal do Paraná (UFPR).

Nas Universidades Federais de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul as informações de Plano Pedagógico (PP), ementas e grade curricular estão disponíveis nos sites⁹ das mesmas. O contato com a Universidade Federal do Paraná ocorreu por meio de correio eletrônico (e-mail), solicitando o PP e os documentos necessários. Com os documentos em mãos, passei a analisá-los me detendo em ementas das disciplinas obrigatórias e grades curriculares.

Primeiramente, foram feitas leituras exploratórias nos Projetos Pedagógicos e grades curriculares dos três cursos estudados, a fim de mapear as disciplinas oferecidas.

É importante salientar que os cursos analisados são os do modelo presencial e, neste caso, foram analisados os currículos dos cursos que são oferecidos durante o dia, levando em consideração que algumas instituições também oferecem o mesmo curso em outros turnos.

Ao analisar as grades curriculares foi observada a distribuição dos semestres em que as disciplinas de Educação Especial são oferecidas, o

⁹ UFSC - <http://cursodepedagogiaufsc.blogspot.com.br/> Acesso no dia 3 dezembro,

UFRGS - <http://www.ufrgs.br/faced/comissoes/comgrad/index.html> Acesso no dia 3 dezembro.

número total de horas oferecidas pelas instituições e o total de horas destinados a disciplinas da Educação Especial. Por fim, no que se refere às ementas, foram analisadas somente as das disciplinas obrigatórias dos cursos em questão.

5. AS ANÁLISES

A partir das análises das grades curriculares e das ementas as instituições demonstraram uma preocupação em formar professores para a diversidade.

Compartilho da mesma ideia de Freitas e Moreira (2011, p.65) quando entendem o currículo a partir de todas “as experiências de conhecimento proporcionadas aos alunos”. Assim, analisar as grades curriculares é uma forma de voltar o olhar para as práticas que a universidade vem executando na tentativa de contemplar as determinações legais em relação à grande diversidade em sala de aula.

5.1 Sobre a carga horária destinada para Educação Especial

O quadro a seguir, apresenta a relação da quantidade de horas que são destinadas na organização dos cursos de Pedagogia em cada uma das universidades analisadas:

		UFRGS	UFSC	UFPR
Total de Disciplinas	Obrigatórias	45	49	39
	Eletivas	105	33	67

	Total	150	82	106
Total de Disciplinas que abordam a Educação Especial	Obrigatórias	3	4	2
	Eletivas	3	5	3
	Total	6	9	5

Podemos observar que no curso de pedagogia da UFPR são oferecidas na sua grade curricular duas disciplinas obrigatórias . São elas:

(ET439) Fundamentos da Educação Especial	60 horas
(ET 441) Comunicação em Língua Brasileira de Sinais (Libras)	60 horas
	Total: 120 horas

Assim, é oferecido em cinco anos de formação o total de 120 horas obrigatórias para a temática da educação especial. Para os alunos que desejarem se aprofundar no assunto o curso de pedagogia oferece três disciplinas eletivas que são:

EP079 Organização e Gestão em Educação Especial	60 horas
EP057 Planejamento Educacional e Currículo em Educação Especial	45 horas
EP058 Educação Especial na Área Não-Escolar	30 horas
	Total: 135 horas

Observamos que a ênfase das disciplinas eletivas é para área da gestão escolar e currículo. Este curso destina espaço para as disciplinas optativas em quase todos os anos, com exceção do 2º ano de formação. Também é possível notar que as disciplinas obrigatórias relacionadas à

educação especial estão concentradas no 1º ano e no 3º ano de formação.

Portanto, é possível concluir que das 3.200 horas que são oferecidas neste curso, apenas 315 horas, são destinadas à formação para atender aluno com deficiência.

No curso de Pedagogia da UFSC, são oferecidas quatro disciplinas referentes à educação especial. São elas:

(EED 7102) Diferença, estigma e educação.	54 horas
(EED 7150) Políticas e práticas pedagógicas relacionadas a educação especial	54 horas
(LSB 7904) Língua brasileira de sinais I	72 horas
(EED 7151) Educação Especial: Conceitos, concepções e sujeitos	72 horas
	Total: 252 horas

Neste curso são oferecidas 252 horas para a temática da educação especial. Podemos notar que, dentre as universidades analisadas, este é o curso que oferece o maior número de horas para a formação de professores para atuar na educação especial na perspectiva de uma educação inclusiva. As disciplinas obrigatórias estão distribuídas nos semestres 1º, 6º, 7º e no 9º.

O curso de pedagogia da UFSC oferece outras cinco disciplinas eletivas para a área. São elas:

(EED 5224) Percepção, corpo e cegueira	72 horas
(EED 5226) Educação de surdos	72 horas
(EED 5301) Fundamentos da língua de sinais brasileira	72 horas
(EED 5306) Fundamentos da língua de sinais brasileira II	72 horas
(EED 5223) Educação e processos inclusivos	72 horas
	Total: 360 horas

Neste curso há uma ênfase maior nas disciplinas relacionadas à área da surdez. É relevante ressaltar que o curso de Pedagogia da UFSC, anteriormente, oferecia a habilitação para a educação especial; na nova estruturação da grade curricular podemos notar que a instituição manteve a preocupação acerca da formação dos professores.

Este curso concede, ao longo da formação, espaço na sua grade curricular para a realização das disciplinas do *Núcleo de aprofundamentos de estudo (NADE)* que possui 108 horas obrigatórias.

Portanto, para a formação de professores, o curso oferece 612 horas destinadas para a temática da educação especial.

Por último, ao observar o curso de pedagogia da UFRGS, nota-se três disciplinas para a Educação especial, que são:

(EDU 03052)- Educação Especial e Inclusão	45 horas
(EDU 03071) - Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS)	30 horas
(EDU 01056) - Educação Especial, Docência e Processos Inclusivos	30 horas
	Total: 105 horas

Neste curso são oferecidos 105 horas de disciplinas obrigatórias para a educação especial. As disciplinas obrigatórias para a temática estão distribuídas no início do curso e no último semestre.

Como complemento para área da Educação Especial o curso oferece três disciplinas. São elas:

(EDU03070) EDUCAÇÃO DE SURDOS	45 horas
(EDU01013) INTERVENÇÃO PEDAGÓGICA E NECESSIDADES EDUCATIVAS ESPECIAIS	30 horas
(EDU03076) LIBRAS 2	45 horas
	Total:120 horas

No curso de pedagogia da UFRGS há uma ênfase para área do estudo da surdez, havendo uma continuidade para a disciplina de Libras em que são disponibilizados mais três créditos. Este curso oferece um total de 205 horas para a formação de professores com a temática da Educação Especial.

Analisando os cursos de Pedagogia destacados, percebemos que o curso que atualmente contempla o número maior de carga horária destinada para a área da educação especial é o curso oferecido pela UFSC.

Como esta pesquisa parte da análise documental, é importante ressaltar alguns pontos sobre as disciplinas eletivas. Não podemos afirmar que elas são oferecidas em todos os semestres, já que para tê-las à disposição existe a necessidade de haver interessados em cursá-las. Para o atendimento do Decreto (5626/2005), todos os cursos cumpriram com as exigências, pois consta em suas grades a disciplina Língua de Sinais (LIBRAS). como afirmam Caiado;Campos;Vilaronga:

Na maioria dos casos em que há alguma disciplina com o conteúdo da Educação especial, não há a possibilidade de aprofundamento , em razão da carga horária limitada. Com isso, a formação inicial de professores em áreas específicas fica a desejar , refletindo diretamente em sua prática docente.(2011, p.161)

5.2 ANÁLISE DAS EMENTAS:

No quadro abaixo são apresentadas as disciplinas oferecidas pelos cursos de Pedagogia analisados e suas ementas:

UFPR	Disciplinas Obrigatórias	EMENTA
	(DTFE) Fundamentos da Educação Especial CH=60h	Evolução histórica da Educação Especial no Brasil. Princípios norteadores da Educação Especial e da Educação Inclusiva. Legislação e normas. Caracterização da clientela. Programas de atendimento. Formação de Recursos Humanos.
	(DTFE) Comunicação em Língua Brasileira de Sinais (Libras) CH= 60h	História da surdez e da língua de sinais. Constituição do sujeito surdo. Noções básicas da língua de sinais brasileira.

	Disciplina	Ementa
UFRGS	(EDU03052) Educação Especial e Inclusão CH= 45h	Análise histórica da Educação Especial e das tendências atuais, no cenário internacional e nacional. Conceitos e paradigmas. Os sujeitos do processo educacional especial e inclusivo. A educação especial a partir do projeto político-pedagógico da educação inclusiva. Os alunos com necessidades educacionais especiais na educação básica: questões de interdisciplinaridade, currículo, progressão e gestão escolar.
	(EDU03071) Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) CH= 30h	Aspectos linguísticos da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS). História das comunidades surdas, da cultura e das identidades surdas. Ensino básico da LIBRAS. Políticas linguísticas e educacionais para surdos.
	(EDU01056) Educação Especial, Docência e Processos Inclusivos CH= 30h	Políticas de inclusão escolar, legislação e desdobramentos para a ação pedagógica. Construção de conhecimento em ambientes sociais e escolares de alunos com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, considerando as relações e a prática pedagógica como elementos centrais em percursos que dão prioridade ao ensino comum. Apoios especializados, ação docente, planos de ensino individualizado, docência compartilhada e demais desafios que envolvem o currículo.

DISCIPLINAS	EMENTAS
(EED 7102) Diferença, Estigma e Educação CH= 54h	Teorias modernas e contemporâneas sobre o juízo perceptivo de si e do outro. Introdução ao estudo sistemático dos conceitos vinculados com os processos de diferenciação individual e social e sua repercussão no contexto escolar. Alteridade, Diálogo e Ética na Educação.
(EED 7150) Políticas e Práticas Pedagógicas Relacionadas a Educação Especial CH= 54h	Processos de inclusão e exclusão escolar. Políticas e práticas para o atendimento educacional do aluno com necessidades especiais. Formas organizativas do trabalho pedagógico e sua relação com os processos de inclusão e exclusão escolar relacionados aos alunos com necessidades especiais.
(LSB7904) Língua – Brasileira de Sinais CH=72h	O debate em torno de estudos na perspectiva cultural e linguística dos surdos. Estudo de autores e autoras que a partir da teoria cultural recente falam da diferença cultural e linguística dos surdos. Aspectos gramaticais da língua de sinais. Atividades de base para a aprendizagem de língua de sinais para uso no cotidiano ou relacionadas ao trabalho docente em sala de aula.
(EED 5120) Educação Especial: Conceitos, Concepções e Sujeitos CH= 72h	Diferença, estigma e educação; Políticas e práticas pedagógicas relacionadas a educação especial

Nos cursos há uma ênfase no estudo da educação inclusiva, legislação, a história do movimento surdo. Também neste trabalho apenas uma universidade disponibiliza uma disciplina para área de deficientes visuais, e uma predominância nos campos das disciplinas eletivas sobre a educação de surdos.

Sobre a distribuição das disciplinas nos cursos, pode se considerar que estão bem distribuídas. Em cada grade curricular encontramos uma disciplina que é oferecida no início do curso e outras que são ofertadas no decorrer do curso.

Pode-se concluir que as mudanças estão acontecendo lentamente, pois, apesar das universidades estarem investindo na realização de diversas alterações nos cursos de licenciatura, ainda há pouco espaço oferecido à temática da educação especial no âmbito curricular das universidades com vistas à formação dos profissionais da educação.

6. ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Na presente pesquisa procurei refletir sobre aspectos que auxiliam na compreensão de uma formação para o futuro pedagogo.

O objetivo principal da investigação é pensar sobre a formação inicial de professores para a Educação Especial na perspectiva de uma Educação Inclusiva, com a intenção de conhecer diferentes contextos de formação em cursos de Pedagogia.

Esse trabalho não se define como conclusivo, mas como um primeiro passo para futuros estudos sobre a área de formação inicial de professores.

Nas análises realizadas encontramos indícios de melhorias na formação inicial de pedagogos para a Educação Especial, com presença de espaços específicos para a temática em pauta. Melhorias, essas, ainda pequenas, no que se refere a uma educação que contemple a todos em sala de aula, ou seja, uma educação que respeite as diferenças e permita que cada aluno consiga, a seu modo e a seu tempo, construir suas aprendizagens.

Com base nos resultados das análises, é possível observar diferenças na carga horária das disciplinas obrigatórias oferecidas em cada universidade. Constatamos, por exemplo, que no curso de Pedagogia da UFSC há uma carga horária maior em relação aos outros cursos, referentes à Educação Especial. Entre disciplinas obrigatórias e eletivas, essa universidade oferece o total de 612 horas, sendo que a UFPR oferece 315 horas e a UFRGS possui 225 horas destinada a essa temática.

Assim, a UFSC destaca-se na tentativa de apresentar uma formação que contemple a Educação Especial em seu currículo.

No âmbito das análises, também destaco a disciplina de LIBRAS, a qual não pode ser considerada como uma disciplina ampla relativa ao conhecimento de educação especial. Trata-se de uma aproximação, na formação, com um dispositivo de comunicação utilizado por um dos grupos de sujeitos da educação especial: os surdos ou as pessoas com

deficiência auditiva. A partir do Decreto 5.626/2005, todos os cursos de licenciatura no Brasil devem oferecer uma disciplina referente à Língua de Sinais (Libras). Ao considerarmos o curso de Pedagogia, na UFPR, essa disciplina chama-se Comunicação em Língua Brasileira de Sinais, e é inserida no 3º ano. Na UFRGS, ela é oferecida no 2º semestre, e chama-se Língua Brasileira de Sinais. Na UFSC a disciplina Língua Brasileira de Sinais é oferecida na 7º etapa. As instituições UFRGS e UFSC oferecem o aprofundamento na temática.

Os resultados encontrados ajudam a pensar na formação inicial, mas ainda não satisfazem as inquietações anunciadas no início deste estudo, deixando algumas pistas para ainda serem descobertas que poderão ser estudadas com a análise de mais disciplinas dos cursos e entrevistas com os interessados.

Com base ainda nas análises, podemos notar que a Resolução nº1 de 2006 CNE/CP trouxe poucos investimentos na formação de professores para a atuação na Educação Especial, uma vez que, não aborda com clareza as exigências relativas à temática da Educação Especial.

Por fim, sobre a formação inicial de professores e o espaço da educação especial, considero que há ainda a necessidade de ampliação do espaço de formação relativo a essa disciplina e que se garanta, a exemplo do que acontece com LIBRAS, a obrigatoriedade do debate acadêmico. É necessário um curso que ofereça uma maior quantidade de disciplinas relacionadas à temática da Educação Especial, porém tais disciplinas devem estar articuladas aos eixos formativos que contemplam os diferentes conhecimentos.

REFERÊNCIAS

BAPTISTA, C. R. Ação Pedagógica e educação especial: a sala de recursos como prioridade na oferta de serviços especializados. Rev. Bras. Ed. Esp., Marília, v.17, p.59-76, Maio-Ago., 2011. Edição Especial

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil.1988

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, 23 de dezembro de 1996.

BRASIL. Congresso Nacional. Plano Nacional da Educação. Lei nº 10.172 de 9 de janeiro de 2001. Disponível em:
[HTTP:www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110172.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110172.htm)

BRASIL. Decreto nº 5626, de 22 de novembro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436, de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras

BRASIL.RESOLUÇÃO CNE/CEB nº. 2/2001. Institui diretrizes nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Diário oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, 11 de setembro de 2001.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CP nº1/2006. Diário Oficial da União, Brasília, 16 maio 2006. Seção I, p.11.

BRASIL. Conselho nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução n.4, de 02 de outubro de 2009. Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. Brasília, 2009.

BRASIL. Ministério da Educação. Políticas Nacionais de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília: MEC/SEESP,2008.

BUCCIO. M. I. S. S. Políticas Públicas de Educação Inclusiva: implementação de uma escola pública no município de Araucária. Paraná: 2007.

CAETANO. A. M. A formação inicial de professores na perspectiva da inclusão de alunos com deficiência: o curso de Pedagogia do Espírito Santo. 2009

FREITAS, S. N.; MOREIRA, L.C. A Universidade frente à formação inicial na perspectiva da inclusão. In: CAIADO, K.R.M; JESUS,D.M; BAPTISTA, C. R. **Professores e Educação Especial formação em foco.** v.1 Porto Alegre: Mediação, 2011, p.65-73.

LUDKE, MENGA; ANDRÉ, Marli E. D. A. Métodos de coleta de dados: observação, entrevista e análise documental. **In: Pesquisa em Educação: Abordagens Qualitativas.** São Paulo: EPU, 1986, p. 39

MACEDO, N.N. Formação de Professores para Educação Inclusiva nos Cursos de Pedagogia nas Universidades Públicas Paulista. São Carlos: UFScar,2010. 140 f

MANTOAN, M. T. E. UMA ESCOLA MAIS QUE ESPECIAL. Escola de gente. Acesso em [HTTP://WWW.ESCOLADEGENTE.ORG.BR/NOTICIADESTAQUE.PHP?ID=472](http://www.escoladegente.org.br/noticiadestaque.php?id=472). Acesso em 10 de janeiro 2013

MARTINS, L. A. R. A Visão de Licenciando .Sobre a Formação Inicial com Vista à Atuação Com a Diversidade dos Alunos. **In: CAIADO, K.R.M; JESUS,D.M; BAPTISTA, C. R. Professores e Educação Especial formação em foco.** v.1 Porto Alegre: Mediação, 2011, p.51-63.

OLIVEIRA. I.M. A narrativa como possibilidade de abordagem dos conhecimentos produzidos pelo professor sobre sua prática. In: JESUS, D. M. et. al.(org.) . **Inclusão práticas pedagógicas e trajetórias de pesquisa.** Porto Alegre: Mediação,2007, p. 251-260

PRIETO, R.G. Professores Especializados de um centro de apoio: Estudos sobre saberes necessários para sua prática. In: JESUS, D. M. et. al.(org.) . **Inclusão Práticas Pedagógicas e Trajetórias de Pesquisa.** Porto Alegre: Mediação ,2007, p.281- 294

REILY, L. H. Contribuições da história na formação de professores: os últimos astecas. In: CAIADO,K.R.M.; JESUS.D.M.; BAPTISTA,C.R. **Professores e Educação Especial formação em foco.** v.1 Porto Alegre: Mediação, 2011, p.35-50.

UNESCO. Declaração de Salamanca: sobre princípios, políticas e práticas na área de necessidades educativas especiais. Espanha, 1994.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE PEDAGOGIA. Setor de Educação. Curitiba. 2007 (email)

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE PEDAGOGIA. Setor de educação. Florianópolis. 2008

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE PEDAGOGIA. Porto Alegre. 2007

ANEXOS

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL FACULDADE DE EDUCAÇÃO CURSO DE PEDAGOGIA - LICENCIATURA

Cara Professora Dra Tania T. Bruns Zimer

Me chamo Deise Josiele Rodrigues Sabino, sou aluna regularmente matriculada no 8º semestre do curso de Pedagogia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Estou realizando uma pesquisa para o meu Trabalho de Conclusão do Curso (TCC) meu orientador é o professor Dr. Claudio Roberto Baptista. Neste trabalho realizo uma investigação sobre o a formação inicial de professores do curso de Pedagogia em três Universidades Federais do sul do Brasil (Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul) com o objetivo de refletir de que forma a Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva está sendo contemplada nos cursos. Para que seja possível esta investigação solicito algumas informações referentes ao Curso de Pedagogia presencial, informações que não foram encontradas no site da faculdade. Gostaria de ter acesso as ementas das disciplinas e Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia (unidade Curitiba).

Aguardo a resposta

Deise Josiele Rodrigues Sabino

Acadêmica do curso de Pedagogia da UFRGS